

A PROBLEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Problemática da Política Social

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 A problemática da política social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-148-0

DOI 10.22533/at.ed.480192202

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas sociais – Brasil.
3. Política pública – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“O que transformou o mundo não foi a utopia. Foi a necessidade.”

José Saramago

Um dos maiores desafios dos governos na atualidade é a demonstração de eficiência na prestação de serviços e implementação de políticas públicas. As estruturas governamentais são, em todos os níveis de atuação, complexos sistemas organizacionais, os quais se apoiam em recursos humanos, equipamentos, tecnologia, e outros meios, com o objetivo de operar a diversidade de serviços à sociedade. Além de dar conta dos déficits sociais acumulados, sobretudo no caso de países em desenvolvimento, os governos lidam com interesses sociais, econômicos e políticos distintos que refletem a diversidade da sociedade. Deve-se compreender que os problemas sociais são multidimensionais e, por essa razão, sua resolutividade não está restrita a um único setor ou a mudanças meramente técnicas e administrativas na gestão pública, mas na superação da configuração fragmentada e desarticulada em que se encontram as políticas públicas. Travar o debate acerca da configuração das políticas sociais, considerar que existe um grande desafio a ser enfrentado, pois compreensão à base de uma leitura crítica que envolve reconhecer a importância da historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista e o seu desvendamento dialético. Pereira (2011, p. 2), aborda que “a política social constitui um processo internamente contraditório, que ao mesmo tempo atende interesses opostos”, demandando assim esforços fincados no conhecimento dos seus movimentos, tendências e não convergências para que estratégias políticas possam favorecer a extensão da democracia e da cidadania. Para analisar o debate acerca da política social é necessário não só o entendimento da sua pertinência para o atual contexto de implementação das políticas públicas, como também é imprescindível a reflexão das abordagens conceituais sobre a referida temática. Esta discussão é entendida aqui como um processo que extrapola o âmbito da dimensão técnica, tendo como conjugação as dimensões políticas, ideológicas e culturais. Certas limitações têm perpassado os estudos voltados para essa temática, principalmente em relação ao entendimento da dimensão histórica e política que este debate exige. Embora a perspectiva da política social seja um elemento recente na agenda das políticas sociais, esta tem sido considerada como uma possibilidade de enfrentamento das problemáticas estruturais advindas do isolamento e fragmentação das políticas sociais brasileiras.

No artigo **A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** as autoras Cláudia Maria Costa Gomes, Maria da Conceição da Silva Cruz, Ana Karoline Nogueira de Souza, Ana Manoela da Silva Lima, analisam, em particular, o período designado como a era Lula (2003-2016), em que o país apresentou uma melhora crescente nos indicadores sociais e econômicos. No artigo **A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA**

IDOSA, os autores Sara do Nascimento Martins, Regiane de Nazare de Sousa Rocha, Maria Leonice da Silva de Alencar, Edinalva Pinto Poça buscam realizar uma análise conceitual sobre o envelhecimento e a educação permanente, e também sobre a implementação das políticas sociais que foram cruciais para garantir e efetivação de direitos sociais da pessoa idosa. No artigo **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL**, a autora Ketnen Rose Medeiros Barreto, Faz uma discussão sobre a ideia de controle social a partir dos estudos realizados junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). No artigo **A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG**, os autores Ednéia Alves de Oliveira, Nelson Machado Pinho Junior realiza um levantamento dos programas e projetos em desenvolvimento na cidade e para qual público eles eram destinados, corroborando a hipótese de que tais políticas são direcionadas a jovens, na sua maioria, pobres e da periferia, promovendo renda baixa e não inserção no mercado de trabalho. No artigo **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**, a autora Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira explanar sobre a precarização do trabalho e discorrer sobre as suas expressões a nível mundial. Para tanto, referencia-se na teoria social crítica. No artigo **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS**, analisa a presença das políticas sociais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando identificar as concepções orientadoras e os investimentos realizados no sentido de viabilizar as propostas apresentadas. No artigo **CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA**, a autora Daniela de Carvalho Ciriaco trata de alguns elementos que auxiliam na compreensão da formação brasileira a partir da expansão do capitalismo e de como os processos que decorrem deste, as reformas neoliberais são implementados tardiamente trazendo sérias consequências para a efetivação das políticas sociais e para as condições de reprodução da classe trabalhadora. No artigo **CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**, as autoras Mari Aparecida Bortoli, Carlos Nelson dos Reis, Heloísa Teles busca discutir a relação entre as condições de vida e as estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas pelos/as catadores/as de materiais recicláveis que atuam na coleta seletiva. No artigo **DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO**, os autores Ariele Azevedo da Silva Vieira, Leonardo Barcelos Vieira, Angela Maria Caulyt Santos da Silva refletiu-se sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social frente às políticas sociais que contribuem para a resistência e preservação do Congo enquanto rica e expressiva manifestação cultural, na formação histórico-cultural do povo capixaba. No artigo **DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL** as autoras Ermildes Lima da

Silva, Louise Oliveira Ramos Machado buscaram ao longo do trabalho apresentar algumas inquietações, potencialidades e os desafios da supervisão de estágio na atual conjuntura caracterizada pela mercantilização e precarização da educação superior e das condições de trabalho e os rebatimentos no processo de formação profissional. No artigo **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA – MG** o autor Nelson Machado Pinho Junior Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da relação público-privado na gestão da Política de Assistência Social no município mineiro de Juiz de Fora, através da análise da dimensão do orçamento. No artigo **ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF** a autora Cassiana Ferreira Simões O presente trabalho analisou o acesso e as condições de permanência dos alunos das universidades públicas federais após a implementação das políticas de democratização do acesso Educação Superior, sobretudo, a Política de Ação Afirmativa. Para tanto, o campo para a realização da pesquisa foi o ESR/UFF, em que foram alvos os estudantes ingressos por meio das ações afirmativas, nas modalidades concernentes às cotas sociais, no período de 2013 a 2016.

No artigo **ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO**, os autores Letícia Batista da Silva, Luanda Café Santana dos Santos, Tarcila Freitas de Sousa desenvolve-se uma reflexão sobre o padrão de financiamento da política de saúde no Brasil, para a compreensão das condições objetivas e materiais ao trabalho em saúde. No artigo **ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE** os autores Bruno Moretti, Ana Paula Menezes do Rego buscam examinar a evolução das despesas federais de saúde entre 2014 e 2018. Procura-se mostrar o impacto da crise sobre tais despesas, revelando como a austeridade constrange a ação do Estado, tendência intensificada com a Emenda Constitucional que limita as despesas primárias aos valores do ano anterior, ajustados pela inflação. No artigo **POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS** os autores Danielle Galdino, Cristiano Guedes trazem o resultado de uma pesquisa de mestrado que mostra a história do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, seus desafios e limites, o perfil e as necessidades dos protegidos, o significado de proteção adotado por ele e quais necessidades humanas consegue atender. No artigo **QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO**, o autor Tauã Lima Verdán Rangel analisar o banco de alimentos, típico equipamento público de alimentação brasileiro, na promoção do direito humano à alimentação adequada e promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. No artigo **RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017**, as autoras Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz e Flávia Abud Luz propõem-se a refletir sobre o racismo institucional no Brasil; um mecanismo fundado no poder e utilizado via

de regra e historicamente para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante). No artigo **REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA** Rosimary de Souza Lourenço, Marlene de Deus Lima, Yoshiko Sasaki, buscam discutir sobre a educação e sua relação com o processo de ampliação de cidadania implica em conhecer a concepção de educação e a natureza e intervenção do Estado. No artigo **SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO**, as autoras Michele Ribeiro de Oliveira, Renata Lígia Rufino Neves de Souza. buscam discutir o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais não se resumem a políticas compensatórias — via transferência direta de renda aos mais necessitados —, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. No artigo **TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS**, autora Hamida Assunção Pinheiro busca trazer a discussão das tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. No artigo **VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL**, a autora **Wilma Lúcia Rodrigues Pessoa** analisa a articulação entre o racismo e a violência institucional do Estado Brasileiro na promoção do genocídio da juventude negra como componente estrutural da opressão de classe. Parto da consideração do que foi a constituição do racismo no Brasil suas especificidades e sua relação com o processo de expansão do capitalismo em escala global.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Cláudia Maria Costa Gomes	
Maria da Conceição da Silva Cruz	
Ana Karoline Nogueira de Souza	
Ana Manoela da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4801922021	
CAPÍTULO 2	17
A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA	
Sara do Nascimento Martins	
Regiane de Nazare de Sousa Rocha	
Maria Leonice da Silva de Alencar	
Edinalva Pinto Poça	
DOI 10.22533/at.ed.4801922022	
CAPÍTULO 3	26
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.4801922023	
CAPÍTULO 4	38
A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG	
Nelson Machado Pinho Junior	
Ednéia Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922024	
CAPÍTULO 5	51
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922025	
CAPÍTULO 6	60
AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4801922026	
CAPÍTULO 7	74
CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA	
Daniela de Carvalho Ciriaco	
DOI 10.22533/at.ed.4801922027	

CAPÍTULO 8	88
CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	
Mari Aparecida Bortoli Carlos Nelson dos Reis Heloísa Teles	
DOI 10.22533/at.ed.4801922028	
CAPÍTULO 9	103
DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO	
Ariele Azevedo da Silva Vieira Leonardo Barcelos Vieira Angela Maria Caulyt Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4801922029	
CAPÍTULO 10	117
DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	
Ermildes Lima da Silva Louise Oliveira Ramos Machado	
DOI 10.22533/at.ed.48019220210	
CAPÍTULO 11	128
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORÁ - MG	
UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO MUNICIPAL	
Nelson Machado Pinho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48019220211	
CAPÍTULO 12	140
ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF	
Cassiana Ferreira Simões	
DOI 10.22533/at.ed.48019220212	
CAPÍTULO 13	150
ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO	
Letícia Batista da Silva Luanda Café Santana dos Santos Tarcila Freitas de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220213	
CAPÍTULO 14	161
ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE	
Bruno Moretti Ana Paula Menezes do Rego	
DOI 10.22533/at.ed.48019220214	

CAPÍTULO 15	174
POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	
Danielle Galdino	
Cristiano Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.48019220215	
CAPÍTULO 16	188
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdan Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.48019220216	
CAPÍTULO 17	201
RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017	
Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz	
Flávia Abud Luz	
DOI 10.22533/at.ed.48019220217	
CAPÍTULO 18	210
REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
Rosimary de Souza Lourenço	
Marlene de Deus Lima	
Yoshiko Sasaki	
DOI 10.22533/at.ed.48019220218	
CAPÍTULO 19	222
SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO	
Michele Ribeiro de Oliveira	
Renata Lúgia Rufino Neves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.48019220219	
CAPÍTULO 20	234
TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS	
Hamida Assunção Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.48019220220	
CAPÍTULO 21	246
VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL	
Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220221	
SOBRE A ORGANIZADORA	255

RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017

Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz

Pós-Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Doutora em Educação pelo Programa de Educação, Políticas e Culturas da Uninove.

Flávia Abud Luz

Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, especialista em Política e Relações Internacionais (FESPSP).

RESUMO: O artigo propõe-se a refletir sobre o racismo institucional no Brasil; um mecanismo fundado no poder e utilizado via de regra e historicamente para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante). Atua de maneira difusa no funcionamento das instituições provocando desigualdade. As estratégias e os dispositivos para operacionalizar o racismo combinam-se às diferentes políticas e mecanismos de controle repressivo, distribuindo o mínimo a determinado grupo para a sua sobrevivência. Este artigo discute as formas de poder exercidas pelo Estado sobre o corpo negro, sobretudo a questão do uso da violência contra a referida população na cidade de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Raça, Políticas Públicas, Estado, Limpeza Étnica.

ABSTRACT: The article proposes to reflect on

the institutional racism in Brazil; a mechanism based on power and used as a rule and historically to dominate races, peoples, ethnicities of differentiated color (biologizing factor). It acts diffusely in the functioning of institutions, causing inequality. Strategies and mechanisms for the operationalization of racism combine with different policies and mechanisms of repressive control, distributing the minimum to a given group for survival. This article discusses the forms of power exercised by the State on the black body, especially the question of the use of violence against the said population in the city of São Paulo.

KEYWORDS: Race, Public Policies, State, Ethnic Cleansing.

INTRODUÇÃO

O termo *racismo institucional* foi cunhado pelos ativistas americanos Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton, no final dos anos 1960, durante o movimento Black Power. É entendido como qualquer sistema de desigualdade baseado na raça, podendo acontecer em instituições públicas, governamentais, empresas privadas e/ou públicas, universidades públicas e/ou privadas.

O racismo no Brasil é um mecanismo fundado no poder e utilizado historicamente

para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante).

Qualificar uma raça como inferior pelo tom da pele é exercer, como diria Foucault (2010) na obra *Em defesa da Sociedade*, o exercício do biopoder – uma técnica que regulamenta ao fim quais grupos exercerá poder sobre os demais, determinando quem vai viver ou quem irá morrer; muito similar ao que Carolina Maria de Jesus desabafa em sua obra literária Quarto de despejo: “Temos só um jeito de nascer e muitos de morrer” (Fernandes, 2008, p.240).

As estratégias e os dispositivos para operacionalizar o racismo combinam-se às diferentes políticas e mecanismos de controle repressivo, distribuindo o mínimo a determinado grupo para a sua sobrevivência. Desse modo, o Estado oferece às populações negras a ilusão de integração por meio de políticas públicas, que na verdade já abandonaram há muito tempo os princípios básicos da justiça, equidade e universalidade.

Este artigo é fundamentado em pesquisas da cidade de São Paulo e vem questionar as formas de poder exercidas pelo Estado sobre o corpo negro. E em Foucault questiona a morte de negros e negras representada por meio de números nas pesquisas relacionadas à violência na cidade de São Paulo. Seria de fato uma faxina étnica?

O CORPO NEGRO

O percentual de negros assassinados no Brasil é 132% maior do que o de brancos revela pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulada Vidas perdidas e racismo no Brasil.

Desse percentual, 20% da causa da morte de negros podem vir a ser atribuída a questões socioeconômicas, como por exemplo, emprego, moradia, estudo e renda do trabalhador.

Os outros 80%, segundo Moura (2017), poderia ser explicado por características socioeconômicas – quando falo de características socioeconômicas, refiro-me a diferenças de educação, diferenças demográficas, diferença nas condições do mercado de trabalho, como taxa de desemprego, renda do trabalhador, diferenças de tipo de moradia, densidade domiciliar. Assim, 20% da causa da morte de negros podem ser atribuídas a essas principais características socioeconômicas.

Dados do Censo e da PNAD de 2009 apontam que 1,8% da população que sofreu agressão física era formada por negros e 1,3% era de não negros. A *mortalidade seletiva*, conforme classifica o estudo, é observada pela diminuição de homicídios de brancos e crescimento de homicídios de negros. Os homicídios em meio à população jovem aumentam de modo significativo. Na faixa de idade entre 15 e 24 anos morrem 237,4% mais negros que brancos no País.

Cerqueira (2012) observou as mais de 1 milhão de mortes violentas ocorridas

no Brasil entre 1996 e 2010, relacionando-as com parâmetros como gênero, estado civil, escolaridade, local do incidente, dia da semana e raça/cor das vítimas. Um dos resultados foi de que o indivíduo de cor preta ou parda (negro) possui uma chance em torno de 7,5 pontos percentuais de ter sido vítima de homicídio em relação ao de cor branca (p. 13).

Cerqueira (2012) acredita que os homicídios são explicados por dois canais. Um deles, indireto, é o efeito do preconceito de raça no mercado de trabalho, que afeta a renda. Por outro lado, há um canal direto, quando o indivíduo é “bombardeado” por estereótipos.

Waiselfisz (2013), coordenador do Mapa da Violência 2013, atribui o avanço da violência sobre a população negra principalmente ao processo de terceirização de serviços básicos - segurança, educação, saúde - e às políticas públicas influenciadas pela mídia.

Perversa e preocupante é a seletividade racial além de sua tendência crescente. Entre 2003 e 2014, as taxas de homicídio por arma de fogo entre os brancos caem 27,1%, de 14,5, em 2003, para 10,6, em 2014; enquanto a taxa de homicídios de negros aumenta 9,9%: de 24,9 para 27,4. Com esse diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 71,7%, em poucos anos mais que duplica: em 2014, já é de 158,9%, ou seja, morrem 2,6 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo.

COMO EXPLICAR TAIS NÚMEROS?

Talvez a herança do passado colonial e escravocrata possa explicar essa crescente seletividade racial da violência homicida, além da progressiva privatização do aparelho de segurança.

Outra explicação poderia estar nas ações e na cobertura da segurança pública que são distribuídas de forma inteiramente desigual nas diversas áreas geográficas, priorizando espaços segundo sua visibilidade política; o que exclui os negros.

A corporeidade negra brasileira tem a sua história contada a partir destas visões, o que reforça o racismo e a discriminação racial.

Em uma retrospectiva histórica e necessária, a participação dos negros no Brasil Colonial surgiu a partir da necessidade colonial portuguesa de buscar um grande número de trabalhadores para as grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar. Assim, estabeleceu-se o tráfico negreiro, uma vez que era impossível naquele momento escravizar os índios.

Para favorecer o tráfico negreiro, o governo brasileiro deu aval a esse tipo de atividade, permitindo o comércio de seres humanos, que eram capturados na África e trazidos em grandes embarcações para serem vendidos no Brasil.

Os primeiros negros chegaram ao Brasil por volta de 1580, para trabalhar

nessas lavouras de cana-de-açúcar. A minoria branca existente nessa região (a classe dominante socialmente) justificava essa condição de comércio humano através de idéias religiosas e racistas que afirmavam a sua superioridade e os seus privilégios. As diferenças étnicas funcionavam como barreiras sociais. Também a demanda econômica justificava de certo modo a escravidão africana, definindo a experiência escravocrata como um tipo de castigo. Pela escravidão adquiriram a liberdade do pecado, ou seja, do paganismo para obedecer ao Deus Supremo, uma vez que “[...] nenhuma liberdade finita pode ser mais livre de restrições que o consentimento para que seja exercida a infinita liberdade” (VIEIRA, 1954, p. 26-27).

A força de trabalho dos negros foi sistematicamente empregada pela lógica do abuso e da violência. A mão de obra negra foi amplamente utilizada em outras atividades como na mineração e nas demais atividades agrícolas que ganharam espaço na economia entre os séculos XVI e XIX.

Do século XV ao século XIX, a escravidão foi responsável, em todo o continente americano, pelo trânsito de mais de 10 milhões de pessoas e pela morte de indivíduos que não sobreviveram aos maus-tratos vivenciados já na travessia marítima.

A escravidão negra foi implantada durante o século XVII e se intensificou entre os anos de 1700 e 1822, sobretudo pelo grande crescimento do tráfico negreiro. O comércio de escravos entre a África e o Brasil tornou-se um negócio muito lucrativo. O apogeu do afluxo de escravos negros pode ser situado entre 1701 e 1810, quando 1.891.400 africanos foram desembarcados nos portos coloniais.

Schulz (2013) aponta que a crise financeira da abolição ocorreu gradativamente. Em 1871, quando a Lei do Ventre Livre determinou que nenhum escravo nasceria no Brasil; ou 1880, quando começou a campanha abolicionista.

Nem mesmo com a independência política do Brasil, em 1822, e com a adoção das idéias liberais pelas classes dominantes, o tráfico de escravos e a escravidão foram abalados. Neste momento, os senhores só pensavam em se libertar do domínio português que os impedia de expandir livremente seus negócios pelo mundo afora.

Existiram centenas de “quilombos” dos mais variados tipos, tamanhos e durações. Os “quilombos” eram criados por escravos negros fugidos que procuravam refazer nesses espaços as tradicionais formas de associação política, social, cultural e de parentesco existentes na África. O “quilombo” mais famoso, pela sua duração e resistência, foi o de Palmares.

Assim, a história do negro no nosso país sempre foi marcada pelo sofrimento e pela luta. Os negros encontraram no Brasil um local de repressão, opressão, onde o trabalho escravo se tornara algo bastante fecundo. Outros precursores do processo de libertação da raça são: Chico - Rei, André Rebouças, Luís Gama, José do Patrocínio, Aguiinaldo Camargo, Sebastião Rodrigues Alves, Fernando Góes, José Correia Leite.

Segundo Neri (2010), nosso processo de escravidão foi muito prejudicial aos negros no Brasil. A situação que negros e negras encontraram foi de repressão, opressão e trabalho escravo: um ambiente favorável para incutir nesse povo a semente

da inferioridade na cultura, estética e religião.

Vianna (1922) reitera que o mestiço representaria um estágio no processo de arianização¹ da população.

A obra de Florestan Fernandes (1965), *A integração do negro na sociedade de classes*, faz uma reflexão sobre a existência do racismo vinculado à mercantilização escravista no Brasil. Para o autor, o abolicionismo não conduziu os brancos a uma política de amparo ao negro e ao mulato. Na prática, a discriminação e a submissão da população negra aos brancos continuaram na vida cotidiana. E explica:

[...] os negros e mulatos não ameaçam a ordem social instituída pela Abolição e pela República, pois nem chegavam a pôr em causa os fundamentos materiais e morais em que ela repousava. Partiam de dois pressupostos: 1- que essa questão fora resolvida no âmbito da situação de interesses e dos valores da “raça dominante”; 2- que uma minoria desorganizada e impotente, como a “população de cor”, devia se concentrar na luta pela conquista efetiva das oportunidades e garantias sociais legalmente consagradas pelo sistema vigente (FERNANDES, 1965, p. 11).

Assim, a ideologia econômica, política e jurídica que regia as vidas das pessoas eram constituídas pela raça dominante.

Mesmo quando a sociedade de classe se converte em um sistema social aberto ao negro e esse é incorporado ao mercado de trabalho, na grande maioria das vezes, são-lhe destinadas às ocupações mais precárias e inferiores.

Entre os próprios negros começou a haver discriminação, porque qualquer homem negro que conseguisse superar a rotina do desemprego, da miséria e da ignorância começava a evitar os outros negros que se acomodavam com a dita vadiagem, tornando-se opressor de seu igual.

A luta dos negros por um espaço na sociedade foi desumana, pois estavam sozinhos e “abandonados à própria sorte”.

O Estado não propôs nenhum plano de assistência que visasse à inclusão dos ex-cativos na nascente sociedade de classes.

A abolição da escravatura libertou os negros “oficialmente”, mas na prática a discriminação e a submissão da população negra aos brancos continuavam na vida cotidiana.

Uma vez ignorados também pela República, que se preocupou mais em trazer milhares de imigrantes europeus com o indisfarçável objetivo de promover o branqueamento da população brasileira, os negros e os mulatos acabaram por ser preteridos pelos imigrantes no mercado de trabalho.

Os negros tiveram que suportar subempregos por causa da discriminação da população branca, discriminação essa que Fernandes (1965) atribui à falta de ética de trabalho de uma parte da população negra.

Eles precisavam competir com a quantidade de libertos existente, com o imigrante mais bem estruturado, contra o preconceito de cor e de classe que decaía sobre seus

1. Arianização é um conceito cunhado por Vianna (1922) para denunciar o aumento quantitativo da população branca no Brasil devido ao processo de mestiçagem e da corrente migratória.

ombros pela sua recente história de escravidão.

Sobre a existência do preconceito, Fernandes (1965) reitera que, mesmo antes de dialogar com o branco, o negro precisava conhecer a si mesmo e vencer as resistências, para poder reconhecer a sociedade e transformá-la. Apontou que o negro responde ao branco e a todas as pressões sociais com serenidade ou veemência. E exemplifica Fernandes (1965, p. 504): “[...] a afirmação de que no Brasil não existe preconceito contra o negro é uma balela. O preconceito existe. O que não existe, claramente, do ponto de vista legal, é uma discriminação racial, de resto existem as restrições e uma acentuada intolerância contra o negro”.

Em sua obra, Fernandes tenta demolir arquétipos sobre a democracia racial construída pelos intelectuais brancos pertencentes a esse mundo.

O autor aponta a fala da falsa consciência do negro. De acordo com o autor, a vontade de “pertencer ao sistema”, muitas vezes, levou os próprios negros a negligenciar as questões raciais e a estabelecer uma convivência tácita com a “raça dominante”, o que representou, também da parte deles, uma tentativa de anular os conflitos, deixando de trazer à tona as fragilidades do “mito da democracia racial”.

Nas palavras de Fernandes (1965, p. 338), “[...] o empenho de pertencer ao sistema confinou o horizonte cultural do negro e do mulato, concentrando suas ambições e aspirações sociais”.

No nível econômico, poucas foram as mudanças que vieram com a emancipação nacional do Brasil e com a formação da ordem capitalista comercial. Contrariamente, na nova ordem, a produção escravista foi mantida como a base material do sistema.

Nem os proprietários nem os imigrantes podem ser responsabilizados diretamente pela exclusão dos negros e mulatos da participação nos papéis socioeconômicos importantes, seja como agentes ou beneficiários na vida urbana.

A realidade social que experimentaram no cativeiro e que viveram na pós-abolição dificultou a adaptação ao modelo capitalista que se desenvolvia rapidamente.

O cativo sempre representou um perigo constante. Por esta razão, sempre foi afastado da vida social organizada e, uma vez distante, não teve preparação necessária para sua futura imersão em uma sociedade urbana com características competitivas, onde ele não era ator protagonista e nem mesmo coadjuvante.

Como Fernandes (1965, p. 222) destaca, “[...] o que há de ruim com os fracos é que eles não possuem força suficiente para se unirem, com o objetivo de combater as razões de sua fraqueza”.

Para Fernandes, o povo brasileiro sempre foi mantido num controle social impedindo-o de se tornar sujeito. Segundo ele, somente quando o povo brasileiro se tornar sujeito, haverá mais igualdade social. O autor reitera que foram precisos quase três quartos de século para que o negro e o mulato encontrassem em São Paulo perspectivas comparáveis àquelas com que se defrontaram os imigrantes e seus descendentes.

Os corpos negros na atualidade brasileira têm em sua expressão e corporeidade,

suas movimentações e atitudes, ainda atribuídos a comportamentos desaprovados para o convívio em sociedade, sendo esses atributos atrelados à sua condição social.

Segundo Schwarcz (2012) os corpos da população negra sofrem imposição e completa

Tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia de universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno privado o jogo da discriminação. Em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade, não se afirma publicamente. No entanto, depende da esfera pública para a sua explicitação, numa complicada demonstração de etiqueta que mistura raça com educação e com posição social e econômica. (p.32)

O corpo negro naturalmente denuncia; uma vez que carrega consigo a ancestralidade que tanto se busca esconder.

Para Foucault (2010), o corpo se tornou alvo do poder quando descobriu que ele poderia ser moldado, rearranjado, treinado e submetido para se tornar ao mesmo tempo tão útil quanto sujeitado.

CORPOREIDADE E RACISMO

Na perspectiva de Foucault (2010, p. 214), “o racismo é o meio de introduzir, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu um corte entre o que deve morrer e o que deve viver”.

Segundo o filósofo, o racismo já existia no momento da articulação do poder disciplinar e da biopolítica, mas foi o biopoder que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado.

Na teoria foucaultiana o racismo tem duas grandes funções, sendo a primeira, de fragmentar, fazer censuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder.

A segunda é de estabelecer uma espécie de relação outrora guerreira (para viver, é preciso que você massacre seus inimigos) no sentido biológico.

O racismo para Foucault (2010) tem também dois grandes objetivos: a destruição das outras raças e a regeneração da própria raça, mesmo que ela seja exposta à morte.

Rabinow e Rose (2006) apontam que o conceito de biopoder na contemporaneidade nos direciona para três dimensões: a forma de discurso da verdade como um conjunto de autoridades ditas competentes para falar de determinada verdade; a segunda dimensão se apóia nas estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte e a terceira dimensão que se baseia nas maneiras de subjetivação, onde os sujeitos atuam sobre si próprios em relação aos discursos da verdade.

Desse modo, o racismo assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria

pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou uma população.

Em 1975, em *Vigiar e punir*, Foucault (2000) problematizou o corpo como o alvo privilegiado da técnica de poder disciplinar:

o corpo também está diretamente mergulhado num campo político, as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica: é numa boa proporção como força de produção, que o corpo é investido por relações de poder e de dominação. (p. 25)

Esse processo leva a construção do corpo oprimido e aprisionado do sujeito, que contribuiu para a restrição de si nos diferentes espaços.

Oliveira (2015), em sua obra *Qual a cor de sua pele*, reitera como os negros e as negras aqui no Brasil foram considerados como pessoas incômodas e invisíveis, sendo, assim estigmatizados como preguiçosos, folclorizados em seus aspectos culturais e tiveram a alteridade negada por aqueles (as) que mais precisavam deles (as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do domínio total que acontece via corpos, mata-se a pessoa jurídica; declara-se sempátria; operacionaliza a morte moral do negro, que muitas vezes esquece-se de si próprio, pois vive em uma prisão psicológica, provocando o esvaziamento do sentimento humano; a morte Individual; a falta do extinto de sobrevivência, a morte material. O racismo trabalha através da morte do corpo e da alma do negro gerando uma desumanização.

A escravidão carregou a perpetuação da maioria de seus pressupostos culturais de interiorização do negro através da discriminação pelo cabelo, vestimenta, coibição de relacionamentos inter-raciais e dos fundamentos religiosos de matriz africana.

A violência que o corpo negro sofreu durante a escravidão e pós-escravidão toma corpo nos dias vigentes como um processo de exclusão e não garantia ao artigo 5º da Constituição Federal que é ambíguo uma vez que coloca o racismo como sendo um crime inafiançável e imprescritível, o mesmo que visa o princípio de igualdade que é vetado uma vez que se exclui pela raça e gênero.

Logo, os negros estão sendo sempre colocados às margens através do alijamento e exclusão das garantias que o Estado tem por obrigação garantir educação, saúde, moradia, habitação. Sendo assim um negro só se tornará parte significativa da grande massa no momento em que conseguiu uma mobilidade e conseqüentemente a ascensão social, seja no futebol onde o negro é exaltado, ou então se torna “um negro de alma branca”, assim acontece na televisão, na moda, no mercado de trabalho. O racismo no Brasil é totalmente mascarado, mas não deixa de ser mortal, como reiterava Foucault.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira*. Brasília, DF: MEC, 2004.

_____. *Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

_____. *Orientações e ações para a Educação das relações étnico-raciais*. Brasília, DF: SECAD, 2006.

CERQUEIRA, D. (2012). Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro. *Economia aplicada*, 16(2), 201-235.

NAKANO, K. (2011). A produção social de vulnerabilidade urbana. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/a-producao-social-de-vulnerabilidade-urbana/>>.

FERNANDES, Florestan. (2008). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 1972.

_____. *O que é a Sociologia?* In: _____. *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

FOUCAULT, M. (2010). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2000). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.

JESUS, C. M. (1960). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves.
OLIVEIRA, I. D. de. *Qual a cor de sua pele*. São Paulo: Forte Editorial, 2015.

PAIXÃO, M. et al. (Orgs). (2011). *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010*. Rio de Janeiro: Laeser e Garamond.

RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. *Polit. Trab.*; n.24. p.27-57, 2006.

SCHWARCZ, L. M. (2012). *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma.

WAISELFISZ, J. J. (2013). *Mapa da violência 2013: mortes matadas por armas de fogo*. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-148-0



9 788572 471480